

RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.020 - PA (2019/0157054-8)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : TONI ALBERTO FILTER
ADVOGADO : DIEGO SAMPAIO SOUSA - PA015441B

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROFERIDA ANTES DA VIGÊNCIA DO CPC/2015. APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ART. 20 DO CPC/1973. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região cuja ementa é a seguinte:

TRIBUTÁRIO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EXIGIDA DO EMPREGADOR RURAL PESSOA FÍSICA (FUNRURAL). CONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF.

1. É legítima a exigência da contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção rural a partir da vigência da Lei 10.256/2001 (RE 718.874-RS, "repercussão geral", r. p/ acórdão Ministro Alexandre de Moraes, Plenário do STF em 30.03.2017).
2. Em juízo de retratação, provida a apelação da União/ré.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente alega violação ao art. 85, § 3º, do CPC/2015, asseverando que: a) as decisões proferidas após da vigência do CPC/2015, "independentemente da data da propositura da demanda, deverão observar a nova disciplina", notadamente quanto aos honorários de sucumbência (fls. 227/228); e b) "no presente caso, deve prevalecer a regra processual vigente quando do julgamento do recurso de apelação que alterou a sucumbência, estabelecendo nova situação jurídica, ainda que a sentença de procedência dos pedidos tenha sido proferida sob a vigência do CPC/1973" (fl. 228).

Não houve apresentação de contrarrazões.

O recurso foi admitido pela decisão de fls. 233/234.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Extraí-se dos autos que, inicialmente, o Tribunal de origem negou provimento

ao apelo da Fazenda Nacional, mantendo a sentença de primeiro grau que desobrigara o autor de recolher a contribuição previdenciária para o FUNRURAL (fl. 218). Na mesma sentença, **publicada em 13/06/2014** (fl. 96), estipulou-se, **à luz do art. 20, § 4º, CPC/1973**, que a Fazenda Nacional arcaria com o pagamento de honorários advocatícios fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Na sequência, em razão do julgamento proferido no âmbito do RE 718.874/RS, e dado o caráter vinculante da decisão nele proferida, foi determinado o encaminhamento dos autos ao relator do acórdão, para exercício do juízo de retratação, em razão do disposto no art. 1.030, II, do CPC/2015 (fl. 213).

Nesse contexto, em juízo de retratação, o colegiado deu provimento ao apelo do ente público para reconhecer "a exigência da contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção rural a partir da vigência da Lei 10.256/2001, que deu nova redação ao art. 25 da Lei 8.212/1991" (fl. 219), sendo fixados honorários, em favor da União, no montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) (fl. 220). Considerou-se aplicável a regra do art. 20, § 4º, do CPC/1973, ao argumento de que a sentença foi proferida na vigência desse antigo diploma processual civil, não havendo que se falar em arbitramento com base no CPC/2015.

A esse respeito, importa destacar que, para fins de aplicação do regramento processual, de fato, **deve ser considerada a data da publicação da sentença**, ou seja, junho de 2014 (fl. 96), **proferida ainda na vigência do CPC/1973**.

Logo, a reforma da sentença, ocorrida quando já vigente o CPC/2015 (em junho de 2018, fl. 223), não justifica a aplicação do regime de honorários previsto na novel legislação.

Em conclusão, observa-se que o acórdão recorrido guarda consonância com o entendimento desta Corte Superior, que se orienta no sentido da não aplicabilidade do art. 85 do CPC/2015 na hipótese em que a sentença tiver sido proferida na vigência do antigo diploma processual civil.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA JURÍDICA. LEI NOVA. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA.

(...)

3. No mérito, o Tribunal *a quo* consignou que "a melhor solução se projeta pela não aplicação imediata da nova sistemática de honorários advocatícios aos processos ajuizados em data anterior à vigência do novo CPC."

4. Com efeito, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça posicionou-se que o arbitramento dos honorários não configura questão meramente processual.

5. Outrossim, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a sucumbência é regida pela lei vigente na data da sentença.

6. Esclarece-se que os honorários nascem contemporaneamente à sentença e não preexistem à propositura da demanda. Assim sendo, nos casos de sentença proferida a partir do dia 18.3.2016, aplicar-se-ão as normas do

CPC/2015.

7. *In casu*, a sentença prolatada em 21.3.2016, com supedâneo no CPC/1973 (fls. 40-41, e-STJ), não está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual merece prosperar a irresignação.

(...)

9. Recurso Especial parcialmente provido, para fixar os honorários advocatícios em 10% do valor da condenação, nos termos do artigo 85, § 3º, I, do CPC/2015.

(REsp 1636124/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 27/04/2017)

Diante do exposto, com base no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

